

Ata nº 197

Aos vinte e dois dias do mês de dezembro de dois mil e dezasseis, pelas vinte e uma horas e quinze minutos, sob a presidência do Sr. Presidente da Mesa da Assembleia, Sr. Vítor Manuel Prata de Oliveira, realizou-se, no Auditório da Junta de Freguesia de Lourosa, a Assembleia Geral Ordinária da Junta de Freguesia de Lourosa. Para o efeito foram, prévia e regularmente, convocados os deputados por correio eletrónico e enviados os seguintes anexos: a convocatória (anexo I); uma cópia da ata da Assembleia cento e noventa e seis (anexo II); relatório dos fluxos de caixa referentes aos meses de setembro, outubro, novembro de dois mil e dezasseis (anexo III) Plano Plurianual de Atividades (anexo IV) Plano de Investimento e Orçamento para o ano dois mil e dezassete, (anexo V), proposta de novas taxas e licenças para dois mil e dezassete (anexo VI) e nota rectificativa e justificativa (anexo VII) Petição sobre a Freguesia de Milheirós de Poiares para integração no concelho de S. João da Madeira (anexo VIII)

Na posse dos referidos documentos, este órgão reuniu para apreciar e deliberar sobre a seguinte ordem de trabalhos, consoante a convocatória:-----

1. Intervenção do Público;-----
2. Leitura, discussão e aprovação da ata anterior;-----
3. Apresentação do relatório e da atividade financeira da Junta para o trimestre de setembro, outubro e novembro de dois mil e dezasseis.
4. Apresentação, discussão e aprovação das taxas e licenças para o ano dois mil e dezassete.
5. Apresentação, discussão e aprovação de proposta de Orçamento Participativo.
6. Apresentação, discussão e votação do Plano Plurianual de Atividades, Plano Plurianual de Investimento e Orçamento para o ano dois mil e dezassete.
7. Outros assuntos de interesse para a freguesia. -----

Anexo: Intervenção pública, sobre o pedido de anexação de Milheirós de Poiares ao concelho de São João da Madeira, solicitado pela Câmara Municipal da Feira.

--- O Sr. Presidente da Assembleia de Freguesia de Lourosa, começou por anunciar as seguintes substituições dos deputados do PSD e PS, por impossibilidade de estarem presentes e em conformidade com o regimento vigente:

Mónica Ferreira (PSD) pelo senhor Hélder Ferreira (PSD);

Maria Teresa Silva Oliveira (PSD) pelo senhor Carlos Alberto Cardoso Garcês Moreira (PSD),

Licínio Oliveira Alves (PS) pela senhora Raquel Tavares Valente (PS).

De forma a completar a mesa da Assembleia e na sequência da ausência da primeira secretária, o presidente da Assembleia, senhor Vítor Prata endereçou o convite aos diversos deputados para a respetiva substituição, aceitando o deputado do CDS senhor Joaquim Sá Cardoso e o deputado do PSD senhor Hélder Ferreira.

Após regularizada a constituição da Mesa da Assembleia o Presidente da Assembleia, o senhor Vítor Manuel Prata de Oliveira, deu continuidade à Ordem de Trabalhos, o ponto UM - intervenção do público.

Dado que ninguém do público se inscreveu, passou-se de imediato ao ponto DOIS – Leitura, discussão e aprovação da ata da assembleia anterior.

Dado que a ata foi previamente enviada aos membros da Assembleia, o Presidente da Assembleia senhor Vítor Manuel Prata de Oliveira, sugeriu que se dispensasse da sua leitura o que foi aprovado por todos os membros presentes, passando-se de imediato à aprovação da ata cento e noventa e seis, a qual foi aprovada por unanimidade.

O senhor Presidente da Assembleia propôs, que se passasse à leitura e discussão sobre a petição “NÃO à desanexação de Milheirós de Poiares do concelho de Santa Maria da Feira - Pela defesa da unidade do concelho de Santa Maria da Feira”, que questiona pretensão de Milheirós de Poiares em se desanexar do Concelho da Feira e integrar o concelho de São João da Madeira, e cujo pedido de parecer é solicitado a esta Assembleia, pela Câmara da Feira.

O deputado do PS senhor João Nuno Monteiro Silva Sousa, manifestou as suas dúvidas quanto aos poderes regimentais desta Assembleia de Freguesia, para se pronunciar ou votar sobre este assunto, afirmando haver outros órgãos de soberania como Assembleia Municipal ou se for caso disso a Assembleia da República, dado tratar-se de um assunto que não diz respeito ao povo desta Freguesia de Lourosa.

O deputado do CDS senhor Joaquim Sá Cardoso, manifestou a sua opinião, entendendo que competia ao povo de Milheirós decidir o seu destino.

O Presidente da Junta, senhor Armando Fontes Teixeira, perguntou à mesa se poderia intervir, mas foi-lhe comunicado que tal assunto apenas dizia respeito à Assembleia de Freguesia.

O deputado do PSD senhor Januário Tiago Fontes de Sá (PSD), alertou para o facto de que tal pretensão poderia abrir precedentes e que era muito perigoso para a coesão e importância política do concelho, que sem dúvida se pretende um concelho unido e Lourosa como parte integrante do mesmo, deveria votar contra, a bem da união do concelho da Feira.

O deputado do PS, senhor Virgílio Silva Ribeiro, alertou para algumas das causas que levaram o povo de Milheirós de Poiares a tomar tal decisão, informando ter conhecimento que grande parte do descontentamento do povo, se deve ao facto da Junta de Freguesia ser do PS e não ter por parte da Câmara da Feira, o apoio e investimento devido por direito e que competia aos Milheiroenses decidirem. A percentagem de votantes no referendo é pouco importante, até porque nunca uma eleição foi anulada pela baixa percentagem obtida. Lembrou ainda que São Paio de Oleiros em tempos já pertenceu a Espinho. Mais acrescentou que cabe à Câmara da Feira, descobrir o que correu mal.

O Presidente da Assembleia, senhor Vítor Manuel Prata de Oliveira, entendeu que há espaço no Regimento existente para que a Assembleia se possa pronunciar sobre o assunto, até porque Lourosa é parte integrante do concelho, propondo a votação, quanto à Petição enviada pela Câmara Municipal, que em termos jurídicos valerá ou não, marcando apenas a nossa posição, o que se fez de imediato, sendo que a recomendação da Câmara Municipal foi aprovada por sete votos a favor (membros eleitos pelo PSD) e seis abstenções (membros eleitos pelo PS e pelo CDS-PP).

De seguida passou-se ao ponto seguinte da Ordem de Trabalhador, -“Outros Assuntos de interesse para a localidade”

O senhor Januário Tiago Fontes de Sá do PSD, alertou para a necessidade de uma solução quanto ao estrangulamento da Rua Central, junto à casa do falecido senhor Manuel Lima, pese embora esta rua tenha perdido grande parte do seu fluxo de trânsito, não deixa de ser uma rua

movimentada. Continuando a sua intervenção questionou o executivo da Junta se há alguma intenção de melhoramentos do arraial junto à Igreja dado que após a intervenção feita na igreja a modernização daquele espaço, justifica-se. Pediu também esclarecimento quanto aos rumores de uma eventual intervenção na fábrica do falecido Alberto Sousa, com vista a um possível parque de estacionamento e conseqüente alargamento da Travessa da Igreja que liga a rua Central à rua do Sabão.

O deputado do PSD senhor Nestor Manuel Barros da Silva, perguntou se estava em curso mais algum alargamento na rua João Paulo II, pois estava na altura da sua pavimentação. Alertou também para a falta de iluminação pública da cidade, o que punha em perigo a segurança dos peões, pelo que se fosse necessário religar alguma lâmpada dos postes de iluminação pública anteriormente desligados dever-se-ia fazê-lo. Elogiou a iluminação de Natal e questionou se tal melhoria teve a ver com algum protocolo com os comerciantes, elogiando também os melhoramentos realizados na escola E.B.2.3.

Terminou a sua intervenção elogiando a Junta de Freguesia pela iniciativa de homenagear a atleta Lourosense Carla Oliveira, pela sua participação nos Jogos Paraolímpicos realizados no Brasil.

A deputada do PS senhora Celeste Pereira Espírito Santo começou por dar os parabéns pelo trabalho realizado pela Junta de Freguesia, se bem que muitas melhorias tenham sido propostas pelo Partido Socialista, lamenta que mais não tenham sido aproveitadas, mas sente-se satisfeita pela abertura por parte da Junta por estarem recetivos ao contributo do partido socialista.

Alertou para a falta de limpeza de algumas casas devolutas, invadidas por silvas, tais como a casa do "Nosso Nel", Casa na Ribeira, e que deveria ter uma intervenção da Junta.

Elogiou o senhor Presidente da Assembleia Vítor Manuel Prata de Oliveira pelo seu contributo pela harmonia existente entre todos os partidos representados na Assembleia, PS, PSD e CDS, numa clara demonstração que todos estão ali para lutar por uma Cidade melhor, terminando a sua intervenção com votos de Boas Festas para todos.

O deputado do PS senhor Virgílio Silva Ribeiro informou que analisou o Plano de Atividades de Setembro de dois mil e quinze que fazia referência ao saneamento e reparação do mau estado da pavimentação da Rua da Tapadinha alertando para esse facto e que a Junta deveria ter isso em conta.

A deputada do PS senhora Odília Conceição Pinho, chamou atenção para o facto de ter havido problemas elétricos que afetaram a Escola, e que gostaria de saber se tal se deveu às obras da rua João Paulo II, ou se era um problema da rede elétrica.

Ainda sobre a rua João Paulo II, solicitou à Junta a pavimentação da mesma, para que se acabe de vez com os incómodos que tal situação tem criado.

Solicitou ainda uma solução para as árvores existentes nos passeios cujas raízes os torna completamente intransitáveis, salientando a situação anómala existente na Rua que vai dos semáforos da Rua João Paulo II à rotunda do Pingo Doce.

Alertou também para o perigo de uma tampa levantada na rua 31 de Janeiro e a sua urgente reparação, terminando a sua intervenção com um pedido de renovação e colocação de mais contentores que nalguns prédios são demasiados antiquados, de fácil acesso a cães e gatos e que originam mau aspeto e pouca higiene.



O deputado do PSD senhor Carlos Alberto Cardoso Garcez Moreira, perguntou qual o grau de poder de intervenção tem a Junta de Freguesia na gestão da Pista de Atletismo.

Salientou que deveria de haver, uma reunião da Junta, Lourocoop e Associação Distrital de Atletismo, no sentido de reforçarem um pedido de intervenção naquela pista para que esta fosse dotada de mais condições que permitisse ser utilizada para fins mais abrangentes, pois uma prova de grande importância do Desporto Escolar, com a participação de cinquenta escolas denominada "Mega Sprint" que vinha sendo lá realizada vai ser transferida para Oliveira do Douro, por falta de condições da mesma o que lamenta, pois era bom para o comércio local e promoção da cidade, dada a grande afluência de participantes em tal evento.

Espera também que não apareça um engenheiro qualquer do Ministério da Educação ou de outro organismo e faça o que não faz falta em detrimento do que é necessário.

O deputado do CDS o senhor Joaquim Sá Cardoso, interrogou a Junta sobre a colocação de uma paragem de autocarro, em cima de uma curva no lugar de Vila Verde, alertando para os eventuais acidentes naquele local, quando alguns metros atrás havia terreno para a sua colocação.

O Presidente da Junta, senhor Armando Fontes Teixeira, começou por esclarecer o deputado do PSD senhor Januário Tiago Januário Fontes de Sá, de que efetivamente iria haver tanto no arraial como nas zonas limítrofes, obras de vulto, desde a demolição da fábrica do senhor Alberto Sousa, que permitirá um bom parque de estacionamento com melhorias na travessa da Igreja, rua do Sabão e rua Dr. Clemente, havendo já um protocolo assinado para o efeito. Quanto à situação existente na rua central junto à casa do falecido senhor Manuel Lima, vai ser solucionada a breve prazo, não só nesta casa mas também na casa do senhor Guilherme Couto

Em resposta ao Nestor Manuel Barros da Silva Pinto Oliveira (PSD) esclareceu que dos postes de iluminação pública desligados irão ser religados, o que irá repor a iluminação anteriormente existente.

Quanto à iluminação de Natal, foi iniciativa da Junta, partilhada pelos comerciantes e industriais, mas a ambição é para alargar a área de iluminação.

Esclareceu também que várias escolas têm recebido vários melhoramentos e que a Junta está a envidar esforços, para que seja construído um campo sintético na escola E.B.2.3.

Sobre a paragem do autocarro em Vila Verde, não é da competência da Junta. A responsabilidade é da Divisão de Trânsito da Câmara e A.V. Feirense, mas que iria informar-se de tal situação.

Em relação à questão posta pelo deputado do PSD senhor Carlos Alberto Cardoso Garcez Moreira, sobre a pista de Atletismo a Junta vai intervir nalguns melhoramentos, mas a Pista é Municipal, embora sob gestão da Junta.

Quanto ao pedido de esclarecimento do deputado do PS senhor Virgílio Silva Ribeiro o presidente informou que a Rua da Tapadinha, Rua do Comércio, Trav. da Tranqueira, Rua 31 de Janeiro, vão sofrer intervenções a breve prazo.

Quanto à questão da renovação de contentores e colocação de outros noutros prédios, foi-lhe explicado que não é da competência da Junta e que carece de autorização da Câmara Municipal e que teria de ser os moradores dos prédios a requerer tais contentores. O condomínio pode fazer o pedido à Junta de Freguesia que por sua vez o fará chegar ao destino.

No passado vários contentores foram vandalizados e até incendiados, o que obrigou a tais requisitos. À junta compete a fiscalização da boa utilização dos mesmos.

Procedeu-se então à aprovação da ata número cento e noventa e seis, referente à última Assembleia, sendo a mesma aprovada com onze votos a favor e duas abstenções.

Os deputados senhores Januário Tiago Fontes de Sá do PSD e João Nuno Monteiro Silva Sousa do PS, autores das duas abstenções de voto, declararam que o fizeram porque não estiveram presente na referida assembleia.

Passou-se à apresentação, discussão e aprovação das taxas e licenças para dois mil e dezassete.

A Bancada do Partido Socialista, manifestou a sua discordância quanto aos cães de companhia e os cães para comércio, pagarem o mesmo valor de taxa, o que no seu entender não faz sentido, até porque alguns cães de companhia podem ser adotados o que torna a proposta ainda mais absurda.

O Presidente da Junta senhor Armando Fontes Teixeira esclareceu que tal se deve por parte do PS a um erro de interpretação, pois as situações a que se referem estão consideradas.

Posta à votação a proposta foi aprovada por sete votos a favor e seis abstenções.

Passou-se de imediato à apresentação, discussão e votação do Plano de Atividades para Dois mil e dezassete.

Começou-se pelo Orçamento.

O senhor João Nuno Monteiro Silva Sousa do PS começou por elogiar o executivo da Junta por ter reparado antecipadamente a existência de erros nos documentos originais enviados previamente e por isso o envio de versão rectificativa, como o Orçamento, Despesa e os Planos Plurianuais de investimento. No entanto refere que apesar da nota explicativa anexa não foram identificadas as versões dos documentos apresentados, quer dos novos, quer dos antigos e que ambos os documentos apresentavam a mesma data, pelo que não percebe como é que ambas as versões foram aprovadas na mesma reunião do executivo.

Referiu que o orçamento para dois mil e dezassete, tinha um acréscimo de 13%, face ao ano de dois mil e dezasseis e cerca de 18% face a ano dois mil e quinze.

Tendo presente que o senhor Presidente da Junta manteve o Orçamento na ordem dos quatrocentos e quarenta mil euros, tendo mesmo descido para quatrocentos e trinta mil em dois mil e catorze e subido em dois mil e dezasseis para quatrocentos e cinquenta mil euros, perguntou qual a razão porque passaram para quinhentos e dez mil euros para dois mil e dezassete, sendo que existe uma redução significativa ao longo do seu mandato e um aumento significativo das despesas de capital, situação análoga ao que aconteceu em dois mil e treze, questionando se a Junta teria o referido aumento das despesas pelo facto de entrar-se em ano de eleições autárquicas e ironizando como uma mera coincidência.

Em relação à receita, salientou as poucas diferenças com o orçamento de dois mil e quinze, exceto o aumento significativo da receita através do subsídio, rubrica 10.05.02 no valor de cinquenta mil euros e no IMI e IRS que passou de dez mil euros para quinze mil euros, quando o valor orçamentado em dois mil e catorze, foi de duzentos euros o que significa pouco rigor orçamental à altura dado que se realizou nesse ano dois mil cento e sessenta euros e o aumento das receitas do complexo desportivo da Feira dos Dez que passou de quinhentos euros em dois mil e dezasseis, para três mil e seiscentos em dois mil e dezassete, o que na sua

opinião demonstra que os reparos do Partido Socialista quanto ao aluguer destes espaços estavam certos, dado que a receita tem vindo a aumentar ao longo do presente mandato, e que este ano sofreu um aumento de seiscentos e vinte por cento.

Proseguindo a sua intervenção, solicitou ao Presidente da Junta, que explicasse a redução das rendas 05.10 pois passaram de doze mil euros para oito mil euros, nomeadamente a redução da verba dos bens do domínio público, o que na sua opinião contradiz alguns colegas de outros partidos que se vangloriaram do aumento da receita devido aos bares do Parque das Pedreiras.

O Presidente da Junta senhor Armando Fontes Teixeira começou por esclarecer que quando foi feita a nova Tabela em 2013 o Orçamento foi feito com dados de dois mil e doze. Os valores na altura que a Junta de Freguesia recebia não fugiam da realidade. Do IMI não entrava o valor referido. A base do Orçamento sempre através do relatório anterior que o executivo baseia esses valores e a realidade varia de ano para ano.

Sobre as rendas, a esplanada na parte de cima do parque da cidade antes de se ter os parques que se tem hoje justifica a diferença de valor referido.

Referindo-se ao complexo Desportivo da Feira do Dez, houve encontro de contas sendo que a fatura passou de dois mil e quinze para dois mil e dezasseis. Mais esclareceu que a faturação por vezes não é metida toda no ano. Em Abril o valor em questão já vai estar inserido.

Sobre a questão dos subsídios de cinquenta mil euros. As obras que estão em curso e de que a Junta de Freguesia pediu apoio à Câmara Municipal, teve por parte desta a melhor recetividade, sendo que será pago em obras, salientando que só na Rua João Paulo II, são catorze protocolos, em que há parceria da Câmara e da Junta de Freguesia, desde portões, muros, tendo assim uma verba para colmatar essas dificuldades financeiras. Aos quatrocentos e cinquenta mil euros aumentou o valor de sessenta mil euros para completar a valor em causa, e que o executivo vai ter de contabilizar. As obras em curso a tal obrigam.

O deputado do PS, senhor João Nuno Monteiro Silva Sousa, após os esclarecimentos solicitados, continuou a sua intervenção, com pedidos de esclarecimento sobre o facto de a Junta substituir a formação por gratificações eventuais variáveis no valor de dois mil euros, isto na questão dos recursos humanos, sendo que estes segundo a legislação laboral recomenda que todos os trabalhadores tenham o número de horas de formação laboral por ano de 35 h.

Na aquisição de serviços, refere uma situação recorrente salientando os gastos com combustíveis e lubrificantes 02.01.02, cujo aumento foi de quarenta e um por cento, face ao somatório de dois mil e dezasseis.

Referindo-se às despesas de capital, as que mais crescem, refere as diferenças substanciais em relação ao Plano Plurianual existente, o que pode afirmar-se que não existe por parte do executivo da Junta um planeamento a médio prazo. Salientou que no ano anterior o Plano Plurianual refere a aquisição de um novo equipamento, uma máquina *Bobcat*, ao longo de cinco anos no valor de sete mil euros por ano e que em dois mil e dezasseis sem qualquer investimento previsto para os anos seguintes, o que não veio a acontecer, pois o executivo apresenta um investimento em dois mil e dezassete de uma sopradora/aspiradora de mil oitocentos euros e adia o investimento da *Bobcat*.

Os membros do PS acham anormal esta situação e apontam ao executivo a falta de qualquer planeamento, apresentando os Planos Plurianuais, que mais não são do que uma cópia de uns anos para os outros.

Referente aos bens de domínio público a votação para os arruamentos e obras complementares é a que mais aumenta, cerca de cento e trinta e dois por cento à qual não será alheia as obras de requalificação da Rua João Paulo II, cujos muros estão a ser suportados pela Junta de Freguesia, questiona no entanto a Junta de Freguesia acerca de algumas situações não terem o mesmo critério esperando que tal esclarecimento contribua para a existência da transparência que se pretende e que todos os Lourosenses são tratados por igual.

O Presidente da Junta respondeu que nem sempre o Orçamento é rigoroso, pois trata-se de uma estimativa que pode ser variável e que a questão apresentada da Bobcat pese a sua necessidade teve de se fazer opções optando-se por outras necessidades nos investimentos que se tem para o ano dois e mil e dezassete.

Sobre a Formação mais não se fez do que se adaptar à nova lei. O contabilista é uma pessoa atenta e procede em conformidade com a lei.

Continuando os devidos esclarecimentos, informou que os aumentos verificados com os gastos de combustíveis se devem ao consumo dos mesmos pelas máquinas na execução das obras existentes.

Em relação aos muros, têm sido feito com os recursos da Junta de Freguesia, esclareceu que os protocolos são assinados na Câmara e que algumas pessoas fazem exigências de última hora o que por vezes complica.

Terminados os devidos esclarecimentos, foi posto à votação o Plano de Atividades para dois mil e dezassete, sendo aprovado por oito votos a favor e cinco abstenções.

Passou-se de imediato à atividade Financeira da Junta, dispensando a sua leitura dado todos os membros da assembleia estarem de posse dos elementos, o senhor Virgílio Silva Ribeiro do PS referir que a atividade tem sido apresentada trimestralmente, o que é saudável e contribui para um melhor acompanhamento, mas deixou um reparo quanto a obras que são demoradas sendo a solução para a sua morosidade talvez resolvida com outras estratégias de ação por parte da Junta, sendo-lhe esclarecido, que todas as obras que estejam sob a alçada da Estradas de Portugal, têm o selo da burocracia e ninguém mais que a Junta tem feito tudo ao alcance para reverter a situação, mas é difícil, pelo que infelizmente não é um problema único da Junta, mas de todas as Juntas de Freguesia.

De seguida o Presidente da Junta pronunciou-se sobre o Orçamento Participativo, mantendo-se o mesmo valor do ano anterior, congratulou-se com a colaboração do Partido Socialista e do senhor Joaquim Pinto Rocha que fez também boas sugestões e que por isso é para continuar porque trata-se de um aposta ganha.

Posto à votação o Orçamento Participativo foi aprovado por unanimidade.

Foram discutidas as datas para o Orçamento Participativo sendo deliberado:

- A Apresentação de Propostas será de UM DE MARÇO A TRÊS DE MARÇO de dois mil e dezassete.
- A Assembleia Participativa de apresentação de propostas será no dia TRÊS DE MARÇO de dois mil e dezassete.
- A Avaliação e preparação será de QUATRO DE MARÇO A TRINTA E UM DE MARÇO de dois mil e dezassete.

- A Assembleia Participativa para votação será no dia SETE DE ABRIL de dois mil e dezassete.
- A Divulgação pública dos resultados, será no dia DEZANOVE de ABRIL de dois mil e dezassete.

Não havendo mais nenhum assunto a tratar a Assembleia foi encerrada a Sessão, com votos de um santo Natal procedendo-se a um pequeno convívio entre os membros de todos os partidos, numa clara demonstração de que todos trabalham com um único objetivo - o melhor para o Povo e para a Cidade de Lourosa.

A mesa da Assembleia de Freguesia